

RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: EXISTE DIFERENÇA NO *DISCLOSURE* AMBIENTAL ENTRE OS MODELOS ADOTADOS POR EMPRESAS BRASILEIRAS?

Marina Kock da Silva

8ª Fase

Ciências Contábeis

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Departamento de Ciências Contábeis,
Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88040-900

Email: marina_kock@hotmail.com

Telefone: (48) 3721-9383

Suliani Rover

Programa de Pós-graduação em Contabilidade

Universidade Federal de Santa Catarina

Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, Departamento de Ciências Contábeis,
Trindade, Florianópolis - SC, CEP: 88040-900

Email: sulianirover@gmail.com

Telefone: (48) 3721-9383

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é verificar se existe diferenças no *disclosure* ambiental entre os modelos de relatórios adotados, Relato Integrado (RI) e as diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), por empresas brasileiras. A amostra da pesquisa é constituída pelas 12 empresas brasileiras que participam do projeto piloto de divulgação do Relato Integrado e os relatórios analisados se referem aos anos de 2011-2014. O método de análise de dados foi feito com base em índices de divulgação *hard* e *soft* que avaliam a qualidade da divulgação voluntária sobre políticas, desempenho e insumos ambientais, usados para avaliar a divulgação dos relatórios que utilizam as diretrizes GRI e Relatos Integrados publicados pelas empresas. Entre os principais resultados da pesquisa é possível observar uma evolução na divulgação de informações por parte das empresas, uma vez que em 2011 quando as empresas faziam uso apenas do modelo GRI a média da pontuação entre as empresas foi de 44,82, e em 2014 quando as empresas passaram a adotar os dois tipos de modelos (GRI e Relato Integrado) a média das empresas passou a ser de 47,7. Bem como, foi possível concluir que existe diferença no *disclosure* ambiental conforme o modelo de relatório utilizado, e que quando utilizado os modelos GRI/RI o nível das informações divulgadas pelas empresas se torna mais completo.

Palavras chave: Sustentabilidade; *Disclosure* ambiental; Relato Integrado; GRI.

Área Temática: Contabilidade para Usuários Externos (Iniciação Científica).

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1950 a preocupação mundial com o meio ambiente e o futuro da humanidade vem tomando grandes proporções, isto gerou a necessidade da divulgação de informações ambientais por parte das empresas. Segundo Burgwal e Vieira (2014) essa preocupação e conscientização da sociedade com o impacto ambiental dos negócios começou há aproximadamente quatro décadas. Devido a esta tendência, a popularidade dos relatórios de sustentabilidade empresarial teve um aumento considerável.

De acordo com Zaro, Beskow, Ferreira e Bellen (2014) os primeiros relatórios ambientais foram publicados no final dos anos 1980. A partir dessa data surgiram diversos relatórios com diferentes nomenclaturas (Relatórios Ambientais, Balanço Social, Relatório de Sustentabilidade, etc.), que de início apresentavam, principalmente, questões relacionadas ao meio ambiente. No entanto, conforme apresenta Gurvitch e Sidorova (2014) a partir da difusão do conceito do *Triple Bottom Line* proposta por Elkington (1998) e a publicação das diretrizes para elaboração dos relatórios de sustentabilidade do *Global Reporting Initiative (GRI)* esses relatórios passaram a divulgar informações sobre o desempenho social, ambiental, financeiro e de governança corporativa das organizações, que visa medir, divulgar e prestar contas para *stakeholders* da performance organizacional, visando o desenvolvimento sustentável (GRI, 2015b).

Gurvitch e Sidorova (2012) em um estudo sobre a divulgação de relatórios de 15 empresas da Estônia listadas na bolsa de valores de Tallinn entre 2007 e 2010, perceberam que muitas empresas agrupavam suas informações sociais e ambientais em seus relatórios anuais, no entanto, estas evidenciavam sessões separadas para cada dimensão (ambiental, social e econômica) e integravam as informações em algumas sessões específicas como "Mensagem da administração" e "Breve introdução da Companhia".

Conforme demonstra Owen (2013), diante deste fato houve a necessidade da implementação de um relatório que integrasse as informações financeiras e não financeiras, que fornecesse uma representação considerando o todo da organização de forma compreensível.

Para atender a essa necessidade criou-se o Relato Integrado, um relatório que busca "incluir uma visão concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho, o seu ambiente externo e a postura diante das externalidades contribuem para a redução de riscos e o aumento do valor da empresa" (Carvalho & Kassai, 2014, p. 31). Este tipo de relatório teve início em 2011, e em 2012 um grupo de empresas de diversos países aderiram ao projeto piloto, dentre estas, 12 empresas brasileiras publicaram este relato no ano de 2013.

Diante do exposto, este trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa:
Existe diferença no *disclosure* ambiental entre os modelos de relatórios de sustentabilidade adotados por empresas brasileiras?

Assim, o objetivo desta pesquisa é verificar se existe diferenças no *disclosure* ambiental das empresas brasileiras quando estas adotam o modelo de Relatório de acordo com as diretrizes GRI ou a estrutura para Relato Integrado.

Por ser um tema relativamente novo para a área de evidência socioambiental, com poucas pesquisas realizadas acerca do mesmo, este estudo busca mostrar se o Relato Integrado trará novas informações sobre sua aplicação nas empresas brasileiras. Por este tipo de relatório ser comparado com os relatórios no formato GRI divulgados anteriormente, é possível observar se a sua aplicabilidade trouxe diferenças a essas divulgações e se o propósito de integração vem sendo atendido.

Além desta introdução, faz parte da composição deste trabalho um referencial teórico que explana sobre a divulgação socioambiental e relatórios de sustentabilidade, bem como a metodologia de estudo, resultados e a conclusão desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 *Disclosure* ambiental

Segundo Gonçalves, Medeiros e Niyama (2013) o *disclosure* social é o instrumento de comunicação entre a organização e a sociedade, que tem a finalidade de diminuir as incertezas que existem na relação entre empresa e investidores buscando a atenuação da assimetria informacional. Os autores ainda salientam que como as organizações utilizam os recursos consensualmente oferecidos pela sociedade (recursos econômicos, sociais e ambientais), cabe a elas a responsabilidade de prestar contas acerca da utilização destes recursos sociais e isto ocorre através dos relatórios sociais ou de sustentabilidade.

Fernandes (2013), Distadio, Fernandes e Yamamoto (2009) e Skillius e Wennberg (1998) destacam três tipos de *disclosure*: o *disclosure* voluntário, o *disclosure* obrigatório e o *disclosure* involuntário. O *disclosure* voluntário se refere à evidenciação espontânea, não existe uma legislação que o obrigue. O *disclosure* obrigatório se refere à evidenciação exigida pela legislação e órgãos reguladores. E por fim, o *disclosure* involuntário se refere à evidenciação contra a vontade da organização ou divulgada sem a sua autorização.

Cabe salientar que no Brasil o *disclosure* ambiental é voluntário, não existe uma legislação que obrigue a evidenciação destas informações.

Devido à divulgação voluntária, Gray e Bebbington (1994) elencaram em seu estudo razões para as organizações divulgarem informações financeiras de forma voluntária e razões para não divulgar voluntariamente. Entre as razões para existir a divulgação voluntária estão: se a divulgação não for feita voluntariamente se tornará obrigatória; é uma forma de legitimar as atividades da empresa; para desviar a atenção de outras áreas da entidade; para desenvolver a imagem corporativa; para desenvolver habilidades de divulgação antes desta ser regulamentada; impacto positivo na cotação das ações; benefícios políticos; vantagem competitiva; explicar os padrões de despesas; divulgar o que a empresa tem feito e alcançado; e por fim evitar a divulgação por outras partes.

Já entre as razões que Gray e Bebbington (1994) observaram para que não ocorra à divulgação voluntária estão: a falta de necessidade e motivação para que ocorra a divulgação; o custo e a disponibilidade de dados; ausência da busca por informações; ausência de uma exigência legal; priorização de áreas para divulgação, entre outros.

Sendo o *disclosure* ambiental uma forma das empresas mostrarem a sociedade a maneira com que estão utilizando os recursos que pertencem a todos, divulgar este tipo de informação auxilia a empresa a crescer de forma sustentável, atraindo novos investidores que buscam cada vez mais este tipo de informação e faz com que a empresa seja vista de forma positiva perante a sociedade. É cada vez mais necessário para as organizações divulgarem essas informações.

2.2 Relatórios de Sustentabilidade

Desde a década de 1980, quando foram publicados os primeiros relatórios de sustentabilidade, as publicações sobre a temática adotaram as mais diversas nomenclaturas: Relatórios Ambientais, Balanço Social, relatórios de Responsabilidade Corporativa, Relatório de Sustentabilidade, etc. (ZARO, et al. 2014). Dentre as diversas publicações cabe destacar os Relatórios de Sustentabilidade no formato GRI, bem como o Relato Integrado.

O *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma organização internacional independente que tem como objetivo ajudar empresas, governo e outras organizações a compreender e

divulgar o impacto que estas causam as questões críticas de sustentabilidade (alterações climáticas, direitos humanos, corrupção, entre outros), e buscar um futuro onde a sustentabilidade seja parte integrante na tomada de decisão (GRI, 2015a).

Segundo Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) desde o início do GRI em 1997 seu foco tem sido desenvolver um padrão de relatórios que abordem os aspectos de Sustentabilidade, além de criar competência para sua utilização, cujo componente essencial são as Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

A estrutura de Relatórios GRI tem o objetivo de servir como um modelo amplamente aceito para a elaboração de relatórios sobre o desempenho econômico, ambiental e social de uma organização. Esta foi elaborada para ser utilizada por organizações de qualquer porte, setor ou localidade. Considera as questões práticas enfrentadas por uma série de organizações, desde pequenas empresas até grupos com operações variadas e geograficamente espalhadas, e inclui o conteúdo geral e o específico por setor, aceito globalmente por vários *stakeholders*, como aplicáveis na divulgação do desempenho de sustentabilidade da organização (GRI, 2015a).

As Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade GRI são formadas por princípios utilizados para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade das informações relatadas. Incluem também o conteúdo do relatório, composto de indicadores de desempenho e outros itens de divulgação, além de orientações sobre temas técnicos específicos relativos à elaboração do relatório (GRI, 2015c).

Como um modelo recente de apresentação de informações socioambientais tem-se o Relato Integrado que pode ser definido como "um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor em curto, médio e longo prazo" (IIRC, 2014, p.7).

De acordo com os estudos de Carvalho e Kassai (2014), Zaro *et al.* (2014) e Zaro (2015) a proposta de criação do Relato Integrado (RI) está a cargo do *International Integrated Reporting Council (IIRC)*. O IIRC foi criado em agosto de 2010 para atender a solicitação do Príncipe de Gales juntamente com o GRI e *International Federation of Accountants (IFAC)*, em dezembro de 2009 no fórum anual *Accounting for Sustainability (A4S)*. Tendo como objetivo criar um novo relatório corporativo em que se evidencie o desempenho da organização de forma integrada e conectada, mostrando as estratégias da empresa.

O IIRC é formado por reguladores, investidores, empresas, definidores de padrões, profissionais do setor contábil e ONGs, e tem como missão desenvolver uma estrutura globalmente aceita para que as organizações exponham de maneira concisa, clara e comparável sua governança, estratégias, desempenho e prospecções de riscos e oportunidades (IIRC, 2013).

Em setembro de 2011, o IIRC trouxe a público os conceitos iniciais do Relato Integrado, em 2012 um grupo de empresas aderiu ao programa piloto aplicando os conceitos iniciais e ajudando no desenvolvimento da estrutura conceitual (IIRC, 2013).

Em dezembro de 2013 em língua inglesa e em março de 2014 traduzida para língua portuguesa foi lançada a Estrutura Internacional para Relato Integrado (*The International <IR> Framework*). A estrutura se baseia em princípios que auxiliam a elaboração de um relato corporativo que explique a forma que a organização se relaciona com o ambiente externo, bem como o impacto (positivo ou negativo) em suas relações e recursos a sua disposição, de acordo com o desenvolvimento de suas atividades ao longo do tempo (IIRC, 2013).

De acordo com o IIRC (2014, p.4) "o objetivo principal de um Relatório Integrado é explicar aos provedores de capital financeiro como uma organização gera valor ao longo do tempo". A utilização deste tipo de relatório beneficia a todas as partes interessadas na geração

de valor de uma empresa (empregados, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, legisladores, reguladores e formuladores de políticas).

A Estrutura para Relato Integrado também salienta que um Relatório Integrado busca explicar os recursos e os relacionamentos utilizados e afetados por uma organização, estes são chamados na estrutura de "capitais" e são classificados como: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social e de relacionamento, e natural (IIRC, 2014).

Quadro 1 – Estrutura de Capitais

Capital financeiro	São os recursos que financiam uma organização na produção de bens ou prestação de serviços, é adquirido por meio de financiamentos (dívidas, ações ou subvenções, ou gerado por meio de investimentos).
Capital manufaturado	Objetos físicos manufaturados que são utilizados na produção de bens ou prestação de serviços (prédios, equipamentos e infraestrutura estão inclusos), este tipo de capital na maior parte das vezes é produzido por outras organizações, mas inclui ativos fabricados pela própria organização para venda, ou quando retidos, para uso próprio.
Capital intelectual	São intangíveis da organização que se baseiam em conhecimento, entre eles: conhecimento intelectual (patentes, direitos autorais, <i>software</i> , direitos e licenças) e "capital organizacional" (conhecimento tácito, sistemas, procedimentos e protocolos).
Capital humano	Se refere as competências, habilidades e experiências das pessoas e suas motivações para inovar.
Capital social e de relacionamento	"As instituições e os relacionamentos dentro e entre comunidades, grupos de partes interessadas e outras redes, e a capacidade de compartilhar informações para melhorar o bem-estar individual e coletivo" (IIRC, 2014, p. 12).
Capital natural	Recursos ambientais renováveis e não renováveis e processos ambientais que proporcionam a organização bens ou serviços que apoiam a prosperidade passada, presente e futura. Entre eles: água, terra, minerais, florestas, biodiversidades e a qualidade do ecossistema.

Fonte: Adaptado de IIRC (2014)

O Relato Integrado é elaborado com base na estrutura internacional para Relato Integrado que se baseia em princípios e não impõe indicadores de desempenho, métodos de mensuração ou divulgação de temas individuais. Entre os princípios apresentados pela estrutura estão: o foco estratégico e orientação para o futuro, conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade (IIRC, 2014).

Os modelos de Relatórios de Sustentabilidade trazem um padrão para a divulgação de informações, seguir algum dos modelos descritos acima auxilia as organizações a criar uma boa relação com seu público de interesse, o que trará benefícios em curto e longo prazo, principalmente se as empresas buscarem cada vez mais melhorar seus processos, com relação ao meio ambiente, para assim divulgar informações mais satisfatórias a sociedade.

2.3 Estudos Anteriores

Em estudos anteriores sobre Relatórios de Sustentabilidade GRI Conceição, Dourado e Silva (2012) abordaram a prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial em companhias do Brasil e demais países da América Latina, utilizando como critério os Relatórios de Sustentabilidade GRI. Com o estudo os autores observaram que o Brasil possui um papel relevante na evidenciação do desempenho em sustentabilidade empresarial, este é responsável por mais de 50% dos informes realizados no continente. Bem como o fato da América Latina estar conquistando seu espaço no mundo e consolidando o uso do Relatório GRI.

Calixto (2013) buscou analisar comparativamente as informações socioambientais divulgadas pelas companhias latino-americanas. Para a pesquisa foram utilizadas as diretrizes voluntárias do GRI, como resultado a autora observou que a maioria das companhias de

capital aberto da região não disponibiliza informações socioambientais em seus relatórios anuais ou de sustentabilidade, porém verificou-se que as companhias do Brasil são as que mais destacam o assunto.

Em seu estudo sobre o Relato Integrado Carvalho e Kassai (2014) buscaram "abordar aspectos sobre o Relato Integrado e contribuir com as discussões em andamento para a sua implementação". Em suas conclusões, os autores indicam o Relato Integrado como um caminho promissor a ser utilizado pelas organizações.

Zaro *et al.* (2014) contemplam em seu estudo a evolução dos relatórios corporativos até a criação do Relato Integrado. Com a pesquisa realizada os autores verificaram que a apresentação de informações não financeiras nos relatórios anuais, possibilitou a divulgação de informações de responsabilidade corporativa, o que auxiliou a comparação de todas as informações em um mesmo documento. Os autores também destacaram que a iniciativa do Relato Integrado visa mudar paradigmas e comportamento, buscando uma consciência sobre a responsabilidade corporativa e a disseminação do pensamento integrado. Também destacam a perspectiva temporal, que as ações e estratégias sejam levadas em conta para curto, médio e longo prazo.

Slewinski, Camacho e Sanches (2015) pesquisaram a produção científica internacional na área contábil sobre Relato Integrado em perspectivas da plataforma teórica, método de pesquisa utilizado e paradigmas de pesquisa. Os autores concluíram em sua análise que o campo de estudo, tanto nacional como internacional, sobre o Relato Integrado ainda é pouco explorado; que existem poucos trabalhos e pesquisadores nessa área; e que entre os paradigmas de pesquisas a perspectiva positiva predomina, devido a seu caráter explicativo e preditivo da informação para os usuários e o mercado de capitais.

Nascimento, Rodrigues, Araújo e Prazeres (2015) verificaram os níveis de aderência das empresas brasileiras aos indicadores chave de desempenho dos capitais não financeiros determinados pelo Relato Integrado. De acordo com os resultados da pesquisa, os autores concluíram que as empresas não estão adequadas aos modelos propostos pelo Relato Integrado e apresentam um nível insatisfatório de aderência aos indicadores chave dos capitais não financeiros.

Kussaba (2015) verificou de que forma algumas empresas participantes do projeto piloto do IIRC divulgaram os conteúdos propostos pela Estrutura Conceitual para Relato Integrado referente aos relatórios de 2013 e 2014. As empresas analisadas foram Itaú Unibanco e Natura S.A.. Como principais resultados encontrados pela autora, pode-se destacar a evolução dos relatórios de 2013 para 2014 sobre quantos e como foram divulgados os elementos de conteúdo no Relato Integrado de ambas as empresas, bem como quantitativamente, as duas empresas ou mantiveram o mesmo ou aumentaram o número de subcategorias divulgadas de um ano para outro.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória/descritiva. Exploratória devido à busca por maior familiaridade e conhecimento sobre os vários aspectos do fenômeno ou fato estudado. E descritiva, pois procura descrever as características de uma população, bem como identificar possíveis relações entre as variáveis analisadas. (GIL, 2002).

Quanto a estratégia da pesquisa, esse estudo se trata de uma pesquisa documental, pois de acordo com Martins e Theóphilo (2009) a pesquisa documental se caracteriza pela utilização de documentos como fontes de dados, informações e evidências.

A abordagem do estudo pode ser classificada como qualitativa. Segundo Richardson (1999, p. 20), este tipo de pesquisa "pode ser caracterizada como a tentativa de uma

compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelo problema".

A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas brasileiras que participam do projeto piloto de divulgação do Relato Integrado. Este projeto foi criado em 2012 quando um grupo de empresas voluntariamente aderiu aos conceitos iniciais estabelecidos pelo relato integrado, e passou a contribuir para o desenvolvimento da estrutura conceitual (ZARO *et al.*, 2014). A amostra se compõe de 12 empresas, sendo duas do setor de energia, duas do setor de bancos, uma do setor de alimentos, uma do setor de concessões rodoviárias, uma do setor de papel e celulose, uma do setor de seguradora, uma do setor de artigos de uso pessoal, uma do setor de combustível, uma do setor de consultoria e, por fim, uma do setor industrial.

No Quadro 2 segue a amostra das empresas que compuseram este estudo, com seus respectivos ramos de atuação.

Quadro 2 - Empresas que compõem a amostra

Razão Social	Sector
AES Brasil	Energia
BNDES	Bancos
BRF S.A.	Alimentos
CCR S.A.	Concessões Rodoviárias
CPFL Energia	Energia
Fibria Celulose S.A.	Papel e Celulose
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	Seguradora
Itaú Unibanco	Bancos
Natura	Artigos de uso pessoal
Petrobras S.A.	Combustível
Via Gutenberg	Consultoria
Votorantin	Industrial

Fonte: IIRC (2015)

Como fonte de dados, foram analisados neste estudo os Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados publicados pelas empresas selecionadas dos anos de 2011 a 2014, sendo o acesso a estes obtido por meio dos *sites* das empresas.

A análise de dados foi realizada com base no estudo de Burgwal e Vieira (2014), que utilizou um índice para avaliar a qualidade da divulgação voluntária sobre políticas, desempenho e insumos ambientais. A estrutura do índice é dividida entre itens de divulgação *hard* e *soft*, e está exposto nos Quadros 3 e 4. Neste estudo se pretende utilizar este índice para avaliar a divulgação dos Relatórios de Sustentabilidade GRI e Relatos Integrados publicados pelas empresas, bem como comparar as informações.

Quadro 3 - Itens de divulgação 'hard'

(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6) 1. Existência de um departamento de controle da poluição e/ou posições gerenciais para fins de gestão ambiental (0-1) 2. Existência de um comitê de temas ambientais e/ou públicos no conselho (0-1) 3. Existência de termos e condições aplicáveis aos fornecedores e/ou clientes com relações às práticas ambientais (0-1) 4. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> no estabelecimento de políticas empresariais ambientais (0-1) 5. Implementação do ISO14001 no nível da fábrica e/ou da empresa (0-1) 6. Vínculo entre remuneração dos executivos e seu desempenho ambiental (0-1)
(A2) Credibilidade (nota máxima 10) 1. Adoção das diretrizes GRI de divulgação dos relatórios de sustentabilidade ou provisões de um relatório CERES (0-1) 2. Verificação/garantia independente sobre informações ambientais divulgadas no relatório de proteção ambiental/ <i>web</i> (0-1)

3. Verificações/auditorias periódicas independentes do desempenho e/ou sistemas ambientais (0-1) 4. Certificação de programas ambientais por agências independentes (0-1) 5. Certificação do produto com relação ao impacto ambiental (0-1) 6. Prêmios externos de desempenho ambiental e/ou inclusão em um índice de sustentabilidade (0-1) 7. Envolvimento dos <i>stakeholders</i> no processo de divulgação ambiental (0-1) 8. Participação em iniciativas ambientais aprovadas por Agência de Proteção Ambiental ou Ministério das Energias (0-1) 9. Participação em associações/iniciativas específicas da indústria para melhorar as práticas ambientais (0-1) 10. Participação em outras organizações/associações ambientais para melhorar as práticas ambientais (diferente da considerada sob 8 ou 9 acima) (0-1)
(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60) 1. IDA sobre uso de energia e/ou eficiência de energia (0-6) 2. IDA sobre uso de água e/ou eficiência do uso de água (0-6) 3. IDA sobre emissão de gases do efeito estufa (0-6) 4. IDA sobre outras emissões no ar (0-6) 5. IDA sobre liberação de produtos tóxicos - TRI4 (terra, água, ar) (0-6) 6. IDA sobre outras descargas, liberações e/ou derramamentos (fora TRI) (0-6) 7. IDA sobre geração e/ou gestão do lixo (reciclagem, reuso, redução, tratamento e eliminação) (0-6) 8. IDA sobre uso de terra e recursos, biodiversidade e preservação (0-6) 9. IDA sobre impactos ambientais dos produtos e serviços (0-6) 10. IDA sobre desempenho de cumprimento (por exemplo excessos, incidentes de notificação compulsória) (0-6)
(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3) 1. Resumo do dinheiro economizado pela empresa como resultados de iniciativas ambientais (0-1) 2. Valor gasto com tecnologias, P&D e/ou inovações para melhorar o desempenho e/ou a eficiência ambiental (0-1) 3. Valor gasto com multas relacionadas a questões ambientais (0-1)

Fonte: Burgwal e Vieira (2014)

A parte da estrutura de análise sobre os itens de divulgação *hard* (Quadro 3) possui quatro divisões, cada uma destas possui uma nota máxima de acordo com o cumprimento dos itens de divulgação. A soma de pontos dos quatro itens é 79 (setenta e nove) e se divide da seguinte forma: Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima seis), Credibilidade (nota máxima dez), Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60) e Gastos ambientais (nota máxima três).

Com relação aos indicadores de desempenho ambiental com nota máxima 60 (0-6), utiliza-se como critérios para: nota um possuir o indicador; nota dois descrever o indicador; nota três apresentar a quantidade de recursos utilizada (número e percentual); nota quatro explicar como a empresa chegou a essas quantidades; nota cinco apresentar metas para melhorar o desempenho do indicador; e, por fim, a nota seis para as empresas que além das informações anteriores divulgaram valores monetários referente aos recursos utilizados.

Quadro 4 - Itens de divulgação 'soft'

(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6) 1. Declarações do diretor sobre desempenho ambiental em uma carta aos acionistas e/ou <i>stakeholders</i> (0-1) 2. Uma declaração sobre a política empresarial ambiental, valores e princípios, códigos de conduta ambiental (0-1) 3. Uma declaração sobre sistemas gerenciais formais relacionados ao risco e desempenho ambientais (0-1) 4. Uma declaração de que a empresa efetua revisões e avaliações periódicas do seu desempenho ambiental (0-1) 5. Uma declaração sobre metas mensuráveis em termos do desempenho ambiental futuro (não consideradas sob A3) (0-1) 6. Uma declaração sobre inovações ambientais específicas e/ou novas tecnologias (0-1)
(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4) 1. Uma declaração sobre o (ou a falta de) cumprimento da empresa com normas ambientais específicas (0-1) 2. Uma visão geral do impacto ambiental da indústria (0-1) 3. Uma visão geral de como as operações e/ou produtos e serviços da empresa influenciam o ambiente (0-1) 4. Uma visão geral do desempenho empresarial ambiental com relação aos pares na indústria (0-1)

(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)

1. Uma descrição substantiva da capacitação dos funcionários para a gestão e as operações ambientais (0-1)
2. Existência de planos de resposta em caso de acidentes ambientais (0-1)
3. Prêmios ambientais internos (0-1)
4. Auditorias ambientais internas (0-1)
5. Certificação interna de programas ambientais (0-1)
6. Envolvimento comunitário e/ou doações relacionadas ao ambiente (não considerados sob A1,4 ou A2,7) (0-1)

Fonte: Burgwal e Vieira (2014)

De forma similar aos itens de divulgação *hard*, a estrutura dos itens de divulgação *soft* (Quadro 4) é dividida em três itens, estes tem um somatório de 16 pontos e a nota é atribuída de acordo com o grau de cumprimento dos itens abordados. A divisão ocorre da seguinte forma: Visão e afirmações estratégicas (nota máxima seis), Perfil ambiental (nota máxima quatro) e Iniciativas ambientais (nota máxima seis).

Podem ser apontados como limitações deste estudo alguns fatos como: a amostra ser reduzida por só existirem 12 empresas no Brasil que publicam o relato integrado; o período de tempo analisado é específico e os resultados se referem somente a este; a indisponibilidade dos relatórios de algumas empresas e a fonte da estrutura utilizada provém de pesquisa anterior, assim outros itens poderiam ser analisados.

4 RESULTADOS

Os resultados da pesquisa são apresentados neste tópico. O presente estudo segue os procedimentos apresentados na metodologia deste trabalho, das 12 empresas objeto da pesquisa, apenas 11 foram analisadas. Isto se deve ao fato da impossibilidade de localizar os Relatórios de Sustentabilidade da empresa Via Gutemberg.

Como primeira análise elaborada foi observado a nomenclatura que as empresas utilizam em seus relatórios no período de 2011-2014. O Quadro 5 apresenta essas informações.

Quadro 5 - Denominação dos relatórios

Empresa	Denominação dos Relatórios
AES Brasil	Relatório de Sustentabilidade
BNDES	Relatório Anual
BRF S.A.	Relatório Anual e de Sustentabilidade
CCR S.A.	Relatório Anual e de Sustentabilidade
CPFL Energia	Relatório Anual
Fibra Celulose S.A.	Relatório de Sustentabilidade / Relatório
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	Relatório de Sustentabilidade
Itaú Unibanco	Relatório Anual de Sustentabilidade / Relatório Anual / Relato Integrado
Natura	Relatório Natura / Relatório Anual
Petrobras S.A.	Relatório de Sustentabilidade
Votorantin	Relatório Anual e de Sustentabilidade / Relatório Integrado / Relatório

Fonte: Elaborado pela autora.

Algumas empresas mudaram a terminologia de seus relatórios durante os anos estudados, mas de uma forma geral as empresas usam a nomenclatura Relatório de Sustentabilidade e Relatório Anual com maior frequência, apenas duas empresas utilizam a terminologia Relato/Relatório Integrado (Itaú Unibanco (2013 e 2014) e Votorantim (2014)).

Ainda com base na estrutura dos relatórios foi observado os modelos que as empresas declararam utilizar para a elaboração destes. O Quadro 6 apresenta estes modelos e quando se refere ao modelo GRI aponta a sua geração (G3 ou G4).

Quadro 6 - Modelos de relatórios utilizados pelas empresas

Empresa	2011	2012	2013	2014
AES Brasil	GRI G3	GRI G3	GRI G3	NE
BNDES	GRI G3	GRI G3	GRI G3	GRI G3/ RI
BRF S.A.	GRI G3	GRI G3 / RI	GRI G4	GRI G4 / RI
CCR S.A.	GRI G3	GRI G3 / RI	GRI G3 / RI	GRI G3 / RI
CPFL Energia	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI
Fibria Celulose S.A.	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI
Itaú Unibanco	GRI G3	GRI G3	RI	GRI G4 / RI
Natura	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI
Petrobrás S.A.	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI
Votorantim	GRI G3	GRI G3	GRI G4 / RI	GRI G4 / RI

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se no Quadro 6 que todas as empresas afirmam seguir os modelos GRI (G3 e G4) em pelo menos algum dos relatórios analisados. No ano de 2011 todas elas apresentam o modelo GRI geração três e todas as empresas seguem a estrutura e evidenciam o índice remissivo. Já em 2012 apesar de afirmarem que seguem as diretrizes GRI G3, a empresa Itaú Unibanco não fez menção ao Índice Remissivo e nos anos de 2013 e 2014 a CCR S.A. não publicou este índice. No ano de 2013 apenas quatro das 11 empresas não aderiu a mudança de diretrizes de GRI G3 para G4.

Sobre o Relato Integrado, em 2012 já havia duas empresas (BRF S.A. e CCR S.A.) que adotavam a estrutura internacional. No ano de 2013, oito das empresas que compõem a amostra dizem seguir a estrutura do Relato Integrado, porém apenas duas (CCR S.A. e Itaú Unibanco) possuem seus relatórios totalmente de acordo com a estrutura internacional. Já em 2014, dez das empresas fazem menção ao relato integrado e apenas quatro (BRF S.A., CCR S.A., CPFL Energia e Itaú Unibanco) seguem realmente a estrutura.

É preciso salientar que em 2014 a empresa AES Brasil não traz evidências de ter utilizado algum dos modelos de relatório estudados.

A Tabela 1 apresenta a estrutura de análise de forma resumida, apontando as médias dos quatro anos estudados para cada categoria analisada.

Tabela 1 - Estrutura de análise resumida: média de pontuação por empresa

Categorias Analisadas	AES Brasil	BNDES	BRF S.A.	CCR S.A.	CPFL Energia	Fibria	BB e Mapfre	Itaú Unibanco	Natura	Petrobrás S.A.	Votorantim	Média
(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6)	3,3	3,0	5,0	4,5	4,8	5,5	3,3	4,8	5,0	5,0	5,3	4,5
(A2) Credibilidade (nota máxima 10)	4,0	3,8	6,0	3,8	5,8	6,5	5,3	5,5	8,0	5,0	6,3	5,4
(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60)	14,5	9,3	22,0	26,8	28,8	22,5	8,0	23,5	30,5	36,5	24,5	22,4
(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3)	1,0	1,0	2,3	1,3	1,5	1,8	0,0	1,5	2,0	2,8	2,8	1,6

(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6)	2,8	4,3	2,8	4,5	5,0	6,0	4,3	4,8	5,3	5,3	5,0	4,5
(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4)	0,5	1,0	3,3	2,0	3,0	2,0	0,5	2,3	4,0	3,8	2,0	2,2
(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)	2,3	1,3	2,8	2,5	3,3	4,0	2,8	3,3	3,5	4,0	1,8	2,8

Fonte: Elaborado pela autora.

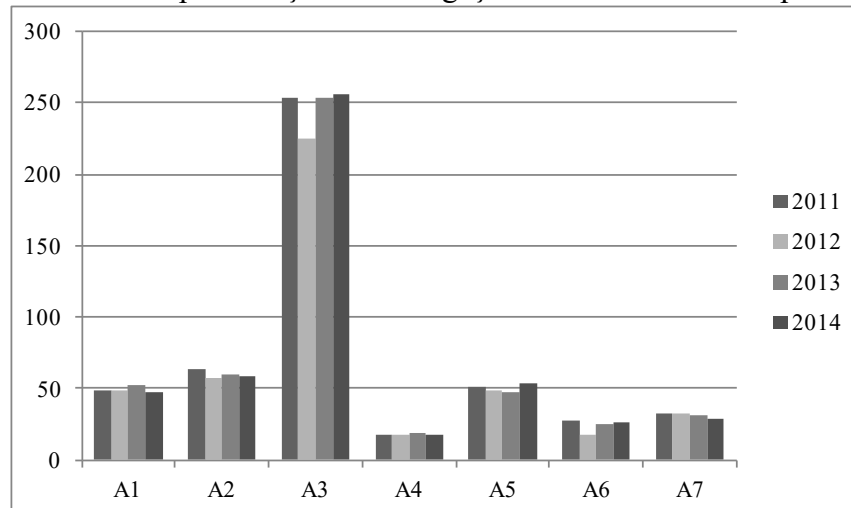
Analisando a Tabela 1 é possível verificar que de acordo com a categoria de "Estrutura de governança e sistemas de gestão" a média foi de 4,5, apenas três empresas da amostra se mostraram abaixo da média (AES Brasil, BNDES e BB e Mapfre) e que a empresa que mais se destaca neste item é a Fibria que apresentou uma média de 5,5.

Com relação a "Credibilidade" a empresa que obteve maior média foi a Natura (oito), enquanto a média geral foi 5,4 e apenas duas empresas ficaram abaixo da média (BNDES e BB e Mapfre). Sobre os "Indicadores Ambientais" quem se destaca é a Petrobrás e a pior média pertence ao BB e Mapfre. Já com referência aos "Gastos ambientais" AES Brasil e BNDES apresentaram as médias mais baixas, enquanto a Petrobrás e a Votorantim obtiveram destaque.

Na categoria "Visão e afirmações estratégicas" a maior média é a da Fibria que obteve nota máxima em todos os relatórios neste quesito, enquanto a AES Brasil apresenta a menor divulgação deste item. A empresa que apresenta o melhor "Perfil ambiental" é a Natura que obteve nota máxima nos quatro anos analisados, e a organização que menos apresenta informações deste item é a AES Brasil. Sobre as "Iniciativas ambientais" as empresas com mais iniciativa são a Fibria e a Petrobrás e a menor média é a do BNDES.

O Gráfico 1 demonstra o desempenho das categorias de divulgação de acordo com o ano.

Gráfico 1 - Representação da divulgação dos itens da análise por ano



Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria A1 obteve o melhor nível de divulgação em 2013, A2 em 2011, A3 em 2014, A4 em 2013, A5 em 2014, A6 em 2011 e A7 em 2012. É possível observar que as empresas mudam a prioridade das informações divulgadas conforme o ano e que o gráfico

não apresenta um padrão de crescimento ou declínio, as informações variam de acordo com os anos.

A Tabela 2 apresenta os itens principais da estrutura de análise por ano e empresa.

Tabela 2 - Estrutura de análise por empresa e ano

	Ano	AES Brasil	BNDES	BRF S.A.	CCR S.A.	CPFL Energia	Fibria	BB e Mapfre	Itaú Unibanco	Natura	Petrobrás S.A.	Votorantim
Itens de divulgação Hard												
(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6)	2014	0	3	5	5	5	6	3	5	5	5	5
	2013	4	3	5	5	5	6	4	5	5	5	5
	2012	4	3	5	4	4	5	3	5	5	5	6
	2011	5	3	5	4	5	5	3	4	5	5	5
(A2) Credibilidade (nota máxima 10)	2014	3	3	6	4	7	7	6	6	8	5	4
	2013	3	5	7	4	5	7	5	5	8	4	7
	2012	4	4	6	4	4	5	5	5	8	5	7
	2011	6	3	5	3	7	7	5	6	8	6	7
(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60)	2014	2	9	26	29	38	22	10	31	34	37	18
	2013	7	12	29	29	34	23	8	22	29	37	23
	2012	24	8	17	27	16	18	7	14	30	37	27
	2011	25	8	16	22	27	27	7	27	29	35	30
(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3)	2014	0	1	3	1	2	2	0	2	2	3	2
	2013	1	1	3	1	1	2	0	2	2	3	3
	2012	2	1	1	2	1	2	0	0	2	3	3
	2011	1	1	2	1	2	1	0	2	2	2	3
Itens de divulgação Soft												
(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6)	2014	4	4	2	5	5	6	5	5	6	5	6
	2013	2	5	2	5	5	6	3	5	5	5	4
	2012	2	4	3	3	5	6	5	4	5	5	6
	2011	3	4	4	5	5	6	4	5	5	6	4
(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4)	2014	0	1	4	2	4	2	1	2	4	4	2
	2013	0	3	3	2	3	1	1	2	4	4	2
	2012	0	0	3	2	2	1	0	2	4	3	1
	2011	2	0	3	2	3	4	0	3	4	4	3
(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)	2014	2	1	2	2	4	4	3	2	4	4	1
	2013	2	1	3	2	3	4	2	3	4	4	3
	2012	2	2	3	3	3	4	3	4	4	4	1
	2011	3	1	3	3	3	4	3	4	2	4	2

Fonte: Elaborada pela autora.

Os itens de divulgação *hard* somam um total de 79 pontos o que representa 83% da nota total das empresas, com a análise dos relatórios dos quatro anos estudados é possível verificar que a empresa que obteve a menor nota foi AES Brasil com cinco pontos e a maior nota pertence CPFL Energia com 52 pontos, ambas no ano de 2014.

Sobre a "Estrutura de governança e sistemas de gestão" das empresas os pontos mais divulgados são os relacionados aos comitês sobre temas ambientais e o fato de existir termos e condições aplicados aos fornecedores sobre suas práticas ambientais, todas as empresas

apresentaram estes itens em pelo menos algum dos anos avaliados. Já o item com menor evidenciação se refere à relação da remuneração dos executivos com seu desempenho ambiental, apenas cinco das empresas mencionam este ponto (CCR S.A., Fibria Celulose S.A., BB e Mapfre, Natura e Votorantim).

Acerca da "Credibilidade" das empresas o item que foi divulgado por toda a amostra é sobre a sua participação em ações/iniciativas das empresas para melhorar as práticas ambientais. O item que menos apareceu se refere à participação das empresas em iniciativas ambientais aprovadas por Agência de Proteção Ambiental ou Ministério das Energias, apenas a Votorantim em dois dos relatórios estudados apresentou este ponto. É importante ressaltar que nenhuma das empresas obteve credibilidade nota dez, a maior nota foi sete e a menor três.

Os "Indicadores de desempenho ambiental" são os itens de maior impacto na nota final das empresas, os 60 pontos destes itens equivalem a 76% da nota dos itens de divulgação *hard* e 63% da nota final das empresas. A empresa que apresentou a maior pontuação foi a Petrobrás (37 pontos em 2014) e a menor pontuação é da AES Brasil (apenas dois pontos em 2014). Os indicadores mais divulgados se referem ao consumo de energia e água, mesmo que de forma simplória todas as empresas utilizam este indicador. O indicador sobre excessos e incidentes de notificação compulsória foi o que teve menos evidenciação por parte das empresas, apenas a CPFL Energia faz menção a este item.

Os "Gastos ambientais" mais evidenciados pelas empresas são os referentes a inovação, tecnologia e P&D para melhorar o desempenho/eficiência ambiental (com exceção do BB e Mapfre que não apresentou este item em nenhum dos anos). Já o item que as empresas menos apresentam se refere ao resumo do dinheiro economizado como resultado de iniciativas ambientais, seis empresas divulgam este item (BRF S.A., CPFL Energia, Fibria Celulose, Itaú Unibanco, Petrobrás e Votorantim).

Os itens de divulgação *soft* somam 16 pontos e representam 17% da nota final da empresa, nestes itens a maior pontuação foi 14 pontos (Fibria (2011), Natura (2014), Petrobrás (2011)) e a menor foi de quatro pontos (AES Brasil (2013/2014)).

Sobre a "Visão e afirmações estratégicas" é possível observar que as empresas se preocupam em divulgar esse tipo de informação em seus relatórios, grande parte das empresas obteve nota maior ou igual a quatro sendo a nota máxima seis e a Fibria Celulose se destaca com nota seis em todos os relatórios analisados. Destes itens o que as empresas mais evidenciam diz respeito a declarações dos diretores sobre o desempenho ambiental, apenas AES Brasil não faz menção deste item em nenhum de seus relatórios. O item que menos se observa na análise se refere a declaração da empresa sobre revisões e avaliações periódicas de seu desempenho ambiental, mesmo assim apenas o Itaú Unibanco não divulgou este ponto em nenhum dos anos estudados.

Dos itens de "perfil ambiental" o mais divulgado pelas empresas apresenta uma visão geral de como as operações/produtos e serviços da empresa influenciam o ambiente, apenas a AES Brasil e o BB e Mapfre não evidenciam este item. O item com menos índice de apresentação é relacionado ao desempenho empresarial ambiental dos pares na indústria (CCR S.A. e Itaú Unibanco não fazem referência ao item em nenhum de seus relatórios).

Sobre as "iniciativas ambientais" das empresas o que mais se destaca é o item sobre o envolvimento das empresas com a comunidade, todas as empresas apresentam este ponto. Já o ponto menos observado faz menção a certificação interna de programas ambientais, apenas a CPFL Energia destaca este item em seu relatório de 2014 e o Itaú Unibanco nos relatórios de 2011 e 2012.

Na Tabela 3 é apresentada a nota final das empresas por ano e um *ranking* baseado na média dos 4 anos estudados.

Tabela 3 - Nota final por ano e empresa e *ranking* das médias

Empresa	2011	2012	2013	2014	Média
Petrobrás S.A.	62	62	62	63	62,25
Natura	55	58	57	63	58,25
CPFL Energia	52	35	56	65	52
Fibria Celulose S.A.	54	41	49	49	48,25
Votorantin	54	51	47	38	47,5
Itaú Unibanco	51	34	44	53	45,5
CCR S.A.	40	45	48	48	45,25
BRF S.A.	38	38	52	48	44
AES Brasil	45	38	19	11	28,25
Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre	22	23	23	28	24
BNDES	20	22	30	22	23,5

Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme exposto na Tabela 3 é possível observar que oito empresas da amostra apresentaram uma nota final maior em seus dois últimos relatórios (2013 ou 2014), o que demonstra uma melhora na forma de evidenciar as informações. A maior nota obtida pelas empresas foi a da CPFL Energia com 65 pontos no ano de 2014, no entanto a maior média pertence a Petrobrás S.A. que obteve as maiores notas de 2011-2013 fazendo com que esta lidere o *ranking*. Já a menor nota obtida é atribuída a AES Brasil no relatório de 2014, a empresa obteve apenas 11 pontos com a análise de todos os itens da pesquisa. Entretanto a menor média pertence ao BNDES, a falta de indicadores ambientais satisfatórios penalizou a empresa a levando a ocupar esta última posição.

A Tabela 4 apresenta as médias da pontuação total das empresas de acordo com o modelo de relatório que estas afirmam utilizar.

Tabela 4 - Médias das empresas por ano conforme modelo de relatório

Modelo	2011	2012	2013	2014
GRI	44,82	40,44	33,67	0
GRI / RI	0	41,50	48,25	47,70

Fonte: Elaborada pela autora.

De acordo com o que é apresentado pela Tabela 4 é possível observar que houve uma evolução na divulgação de informações por parte das empresas, em 2011 quando as empresas faziam uso apenas do modelo GRI a média da pontuação entre as empresas foi de 44,82, já em 2014 quando as empresas passaram a adotar os dois tipos de modelos (GRI e Relato Integrado) a média das empresas passou a ser de 47,70.

A Tabela 5 apresenta a média da pontuação das empresas de acordo com o modelo que estas adotam para divulgar suas informações.

Tabela 5 - Média da divulgação por categoria, ano e modelo de relatório

Categoria Analisada	GRI				GRI / RI			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
(A1) Estrutura de governança e sistemas de gestão (nota máxima 6)	4,4	4,4	4	-	-	4,5	5	4,7
(A2) Credibilidade (nota máxima 10)	5,7	5,2	5	-	-	5	5,6	5,6
(A3) Indicadores de desempenho ambiental (IDA) (nota máxima 60)	23	20,1	16	-	-	22	26	25,4
(A4) Gastos ambientais (nota máxima 3)	1,5	1,6	1,7	-	-	1,5	1,8	1,8
(A5) Visão e afirmações estratégicas (nota máxima 6)	4,6	4,7	3	-	-	3	4,8	4,9
(A6) Perfil ambiental (nota máxima 4)	2,6	1,4	2	-	-	2,5	2,4	2,6
(A7) Iniciativas ambientais (nota máxima 6)	2,9	3	2	-	-	3	3,1	2,7

A Tabela 5 torna visível certas diferenças entre os modelos de relatórios, em primeira análise pode-se observar uma comparação entre os anos de 2011 e 2014, já que em 2011 os relatórios eram apenas em formato GRI e 2014 os relatórios possuíam tanto as diretrizes do GRI quanto os conceitos para Relato Integrado. Quando comparados os anos, em cinco das sete categorias analisadas o ano de 2014 apresentou uma média maior que 2011, apenas o item "credibilidade e iniciativas ambientais" obteve maior índice em 2011. O que demonstra que a adoção do Relato Integrado junto com as diretrizes GRI G4 trouxeram uma melhora ao *disclosure* ambiental das empresas.

Ao analisar os demais anos estudados é possível verificar que no ano de 2012 houve três itens (A2, A4 e A5) em que a média foi maior com o modelo GRI, três itens em que a média foi maior no modelo GRI/RI (A1, A3 e A6) e o item A7 manteve a mesma média. Já em 2013 todos os itens obtiveram melhor média no modelo GRI/RI.

Conforme demonstrado pelas Tabelas 4 e 5 é possível verificar tanto em nível geral como mais específico que existe diferença no *disclosure* ambiental conforme o modelo de relatório utilizado, e que quando utilizado os modelos GRI/RI o nível das informações divulgadas pelas empresas se torna mais completo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar se existe diferenças no *disclosure* ambiental das empresas brasileiras quando estas adotam o modelo de Relatório de acordo com as diretrizes GRI ou a estrutura para Relato Integrado.

A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas brasileiras que participam do projeto piloto de divulgação do Relato Integrado e é composta por 12 empresas, sendo duas do setor de energia, duas do setor de bancos, uma do setor de alimentos, uma do setor de concessões rodoviárias, uma do setor de papel e celulose, uma do setor de seguradora, uma do setor de artigos de uso pessoal, uma do setor de combustível, uma do setor de consultoria e, por fim, uma do setor industrial.

A maior nota obtida pelas empresas nas categorias analisadas foi a da CPFL Energia com 65 pontos no ano de 2014, no entanto a maior média pertence a Petrobrás S.A. que obteve as maiores notas de 2011-2013 fazendo com que esta lidere o *ranking*. Já a menor nota obtida é atribuída a AES Brasil no relatório de 2014, a empresa obteve apenas 11 pontos com a análise de todos os itens da pesquisa. Entretanto a menor média pertence ao BNDES, a falta de indicadores ambientais satisfatórios penalizou a empresa a levando a ocupar esta última posição. Quanto aos itens analisados as empresas que mais se destacaram, com nota máxima nos quatro relatórios analisados, são: a Fibria Celulose no item "Visão e afirmações estratégicas" e a Natura na categoria "Perfil ambiental".

Quando comparados os relatórios de 2011 (onde todas as empresas utilizavam os relatórios no formato GRI) e 2014 (relatórios no formato GRI/RI) é possível observar que em cinco das sete categorias analisadas o ano de 2014 apresentou uma média maior que 2011, o que demonstra que a adoção do Relato Integrado junto com as diretrizes GRI G4 trouxeram uma melhora ao *disclosure* ambiental das empresas.

Ainda com base nos anos de 2011 e 2014 é possível observar que houve uma evolução na divulgação de informações por parte das empresas, em 2011 quando as empresas faziam uso apenas do modelo GRI a média da pontuação entre as empresas foi de 44,82, já em 2014 quando as empresas passaram a adotar os dois tipos de modelos (GRI e Relato Integrado) a média das empresas passou a ser de 47,7.

Conforme os resultados obtidos, é possível concluir que existe diferença no *disclosure* ambiental conforme o modelo de relatório utilizado, e que quando utilizado os modelos GRI/RI o nível das informações divulgadas pelas empresas se torna mais completo

Dentre as limitações da pesquisa é possível destacar alguns fatos como: a amostra ser reduzida por só existirem 12 empresas no Brasil que publicam o Relato Integrado; o período de tempo analisado é específico e os resultados se referem somente a este; o fato da empresa AES Brasil divulgar grande parte de suas informações nos relatórios de suas controladas, como em nenhuma das outras empresas foi feita a análise dos relatórios de suas controladas, optou-se por não analisar os referentes a AES Brasil; a indisponibilidade de relatórios por parte de uma das empresas e a fonte da estrutura utilizada que provém de pesquisa anterior, assim outros itens poderiam ter sido analisados.

Como sugestão para futuras pesquisas indica-se a análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas de anos posteriores, buscando verificar a adesão destas a estrutura de Relato Integrado, bem como analisar o nível de divulgação das informações.

REFERÊNCIAS

- Burgwal, D. V., Vieira, R. J. O. (2014). Determinantes da divulgação ambiental em companhias abertas holandesas. *Revista de Contabilidade e Finanças*. 25 (64), 60-78. Recuperado em 7 abril, 2015, <http://www.scielo.br/pdf/rcf/v25n64/v25n64a06.pdf>.
- Calixto, L. (2013). A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista de Administração*. 48 (4), 828-842. Recuperado em 10 junho, 2015, http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1555.
- Carvalho, N., Kassai, J. R. (2014). Relato Integrado: A Nova Revolução Contábil. *Fipecafi*. 1, 21-34. Recuperado em 18 março, 2015, http://revista.fipecafi.org/edicoes/Agosto2014/A_revolucao_Contabil.pdf.
- Conceição, S. H., Dourado, G. B., Silva, S. F. (2012) Global Reporting Initiative (GRI) - Um estudo exploratório da prática de evidenciação em sustentabilidade empresarial na América Latina. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*. 2 (3), 17-38. Recuperado em 10 junho, 2015, <http://www.revistas.uneb.br/index.php/financ/article/view/68/169>.
- Distadio, L. F., Fernandes, R. C., Yamamoto, M. M. (2007). Governança corporativa: estudo de caso comparativo entre a divulgação praticada no Brasil e no México. *Anais do Seminários de Administração FEA USP*, São Paulo, SP, Brasil, 10. Recuperado em 6 maio, 2015, <http://sistema.semead.com.br/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/336.pdf>.
- Elkington, J. (1998). *Cannibals with Forks: the Triple Bottom Line of 21st Century Business*.
- Fernandes, S. M. (2013). Fatores que influenciam o *disclosure* ambiental: um estudo nas empresas brasileiras no período de 2006 a 2010. *Revista Ambiente Contábil*. 5 (2), 250-267. Recuperado em 10 junho, 2015, <http://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/4159/3394>.
- Gil, A. C. (2002). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Global Reporting Initiative. (2015a). *What is GRI?* Recuperado em 25 março, 2015, <https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>.

Global Reporting Initiative. (2015b). *Sustainability reporting enters a new phase, say experts*. Recuperado em 26 março, 2015, <https://www.globalreporting.org/information/news-and-press-center/Pages/Sustainability-reporting-enters-a-new-phase-say-experts.aspx>.

Global Reporting Initiative. (2015c). *Sustainability Disclosure Database*. Recuperado em 26 março, 2015, <http://database.globalreporting.org>.

Gonçalves, R. S., Medeiros, O. R., Niyama, J. K. (2013) Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. *Revista contabilidade & finanças*. 24 (62), 113-124. Recuperado em 28 abril, 2015, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772013000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

Gray, R.; Bebbington, J. (2001). *Accounting for the environmental*. 2 ed. Londres: Sage.

Gurvitsh, N., Sidorova, I. (2012). Survey of Sustainability Reporting Integrated into Annual Reports of Estonian Companies for the years 2007-2010: Based on Companies Listed on Tallinn Stock Exchange as of October 2011. *Procedia Economics and Finance*, 2, 26-34. Recuperado em <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2212567112000615>.

International Integrated Reporting Council. (2014). *A Estrutura Internacional para Relato Integrado <IR>*. Recuperado em 15 abril, 2015, <http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portuguese-final-1.pdf>.

International Integrated Reporting Council. (2013). *Consultation draft of the international <IR> Framework*. Recuperado em 10 maio, 2015, <http://www.theiirc.org/wpcontent/uploads/Consultation-Draft/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework.pdf>.

International Integrated Reporting Council. (2015). *Pilot Programm e Business Network*. Recuperado em 3 abril, 2015, <http://www.theiirc.org/companies-and-investors/pilot-programme-business-network/>.

Kussaba, C. T. (2015). *Análise dos elementos de conteúdo do Relato Integrado: Itaú Unibanco e Natura S.A. - 2013 e 2014*. 2015. 146 f. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em 23 março, 2016, www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/.../tde.../CorrigidaCristianeTiemi.pdf.

Leite Filho, G. A., Prates, L. A., Guimarães, T. N. (2009). Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no ano 2007. *Revista de Contabilidade e Organizações*. 3 (7), 43-59. Recuperado em 23 março, 2016, www.spell.org.br/documentos/download/4889.

Martins, G. A., Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. 2. ed. São Paulo: Atlas.

Nascimento, M. C., Rodrigues, R. N., Araújo, J. G., Prazeres, R. V. (2015). Relato Integrado: Uma Análise do Nível de Aderência das Empresas do Novo Mercado aos Indicadores-Chave (KPIs) dos Capitais Não Financeiros. *Anais do Congresso USP Controladoria e*



4 a 7 de junho de 2016
RIBEIRÃO PRETO - SP

Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 15. Recuperado em 30 julho, 2015, <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/343.pdf>.

Owen, G. (2013). Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. *Accounting Education*, 22 (4), 340–356. Recuperado em 7 abril, 2015, <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09639284.2013.817798#.VvGw6uIrKM8>.

Richardson, R. J. *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Skillius, A., Wennberg, U. (1998) Continuity, credibility and comparability: key challenges for corporate environmental performance measurement and communication. *The International Institute for Industrial Environmental Economics at Lund University*. Recuperado em 10 junho, 2015, <http://www.eea.europa.eu/publications/ESS09/download>.

Slewinski, E., Camacho, R. R., Sanches, S. L. R. (2015). Análise Bibliométrica e Paradigmática da Produção Científica sobre Relato Integrado nos Periódicos Internacionais de Contabilidade. *Anais do Congresso USP Controladoria e Contabilidade*, São Paulo, SP, Brasil, 15. Recuperado em 30 julho, 2015, <http://www.congressosp.fipecafi.org/web/artigos152015/298.pdf>.

Zaro, E. S. (2015). *Uma análise comparativa de relatos integrados das empresas brasileiras a partir da estrutura conceitual*. 2015. 144 f. Dissertação de Mestrado em Ciências Contábeis, Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Zaro, E. S., Beskow, E., Ferreira, D. D. M., Bellen, H. M. V. (2014). Relatórios integrados: evolução da evidenciação do desempenho das organizações. *Anais do Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado em <http://www.engema.org.br/XVIENGEMA/125.pdf>.